

Estudo Técnico Preliminar 17/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.002578/2024-54

2. Descrição da necessidade

2.1. Este Estudo Técnico Preliminar subsidia a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, diagramação e serviços de confecção de cartilhas, apostilas, blocos, banners, painel, pastas, adesivos etc, em vários formatos e gramaturas, com fornecimento de todos os materiais e serviços em diversas quantidades, incluindo prova de impressão, acabamento, embalagem, empacotamento, etiquetagem e transporte, para atendimento das diversas demandas do Ministério dos Transportes - MT.

2.2. O presente planejamento visa a prestação de ampla gama de serviços gráficos, com especificações e acabamentos diversos, o que faz possível atender diversas solicitações, com as mais diferentes especificidades e quantidades.

2.3. Vale ressaltar que o MT não possui equipamentos e nem pessoal qualificado na produção do objeto disposto no presente estudo. Como o serviço a ser contratado será realizado por demanda, sem a obrigação do consumo total, e incluirá todo material e mão de obra necessários para sua devida execução, acredita-se que a proposta de terceirização dos serviços é a solução mais vantajosa para a administração.

2.4. Pretende-se disponibilizar infraestrutura compatível com as atividades desenvolvidas pela Pasta, oferecendo melhores condições de trabalho aos servidores e colaboradores, conforto, qualidade e melhora na produtividade dos serviços executados.

2.5. Quantitativo

2.5.1. As demandas de serviços gráficos são por vezes imprevisíveis e variam conforme a estratégia de comunicação para um determinado evento ou mesmo para produção dos diversos documentos institucionais. Sabemos que há uma tendência global de diminuição na utilização de material gráfico pelo aumento da utilização da forma digital. No entanto, diversas estratégias de divulgação de conteúdos ainda contam com o uso de materiais gráficos como forma essencial. Assim, a contratação que se pretende fazer será pautada por oferecer uma variedade de serviços que possibilitem a combinação de tipos de materiais, gramaturas e acabamentos.

2.5.2. Dentro da conjuntura de possíveis mudanças de governo esta Equipe de Planejamento entende que não é possível tomar por base exclusivamente as demandas solicitadas nos anos anteriores para balizar a nova contratação. Dessa forma, será feita uma estimativa relativa.

2.5.3. Ao mesmo tempo, nesta pretensa contratação ficará mais explícito que as quantidades são meramente estimadas e que podem ser readequadas conforme a necessidade, pois há preço unitário determinado para cada um dos serviços e preço global determinado também. Dessa forma, não será necessário readequar constantemente os quantitativos de cada serviço, visto que são usados de forma combinada para atender a cada demanda, como empreitada por preço unitário.

2.6. Tipo de gráfica

2.6.1. Além das questões relacionadas ao quantitativo dos serviços, esta Equipe de Planejamento percebe que o porte e as especificidades de cada gráfica influenciam bastante nas entregas das demandas, inclusive na relação custo x benefício para este Órgão

2.6.2. Dessa forma, o formato da contratação em vista deverá refletir essa flexibilidade, de forma a proporcionar o atendimento de demandas em grandes quantidades e, quando necessário, em pequenas quantidades, mantendo a melhor relação custo x qualidade e com atendimento em prazo proporcional à complexidade do serviço demandado.

2.7. Normativos

2.7.1. Foram utilizados os seguintes normativos na presente contratação:

2.7.1.1. Lei 14.133, de 1/4/2021, nova Lei de licitação e contratos;

2.7.1.2. Decreto 11.246, de 27/10/2022, dispõe sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos;

2.7.1.3. Decreto 10.818, de 27/09/2021, estabelece o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo;

2.7.1.4. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

2.7.1.5. Instrução Normativa SEGES/ME Nº 98, de 26/12/2022 - Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

2.7.1.6. Instrução Normativa SEGES nº 65, de 07/07/2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

2.7.1.7. Instrução Normativa n. 58, de 08/08/2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

2.7.1.8. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018, que estabelece regras de funcionamento do SICAF;

2.7.1.9. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional, alterada pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 07, de 20 de setembro de 2018;

2.7.1.10. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;

2.7.1.11. Acórdão TCU nº 1.977, de 31 de julho de 2013-Plenário, que trata da empreitada por preço global e empreitada por preço unitário;

2.7.1.12. Acórdão TCU nº 1.214, de 22 de maio de 2013-Plenário, que faz recomendações nos procedimentos de licitação e execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua;

2.7.1.13. Acórdão TCU nº 1.681, de 13 de setembro de 2006 - Plenário, sobre a execução continuada dos serviços; e

2.7.1.14. Lei 9610, de 19/02/1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Logística - COLOG	Pedro Ivo Clemente

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Natureza do Serviço

4.1.1. Os serviços descritos no presente Estudo, dadas as suas características, pautadas em especificações usuais de mercado e detentoras de padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, enquadram-se no conceito de serviços comuns, de caráter continuado, conforme preceituado no art. 6º, da Lei 14.133, de 01/04/2021, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.1.2. O artigo 15, da Instrução Normativa 5/2017 faz constar que: "Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional".

4.2. Regime de Execução

4.2.1. O regime a ser usado será a empreitada por preço unitário, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem antecipadamente, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das "unidades" se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109 /2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

4.3. Prazo Contratual

4.3.1. Conforme artigo 107, da Lei 14.133, de 01/04/2021, o contrato resultante deste planejamento será celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses prorrogável por até 10 (dez) anos, pois refere-se a serviços contínuos – relacionados àqueles que servem à manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, observadas as diretrizes relacionadas ao artigo mencionado.

[...]

"Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes."

[...]

4.4. Participação de Consórcio

4.4.1. A presente contratação não deve permitir a participação de consórcios. No que se refere à presente contratação entende-se que, por não se tratar de objeto que envolve alta complexidade ou relevante vulto e, sim, por serviços usualmente prestados por empresas do ramo as quais possuem expertise e capacidade técnica para tanto, o edital não deve prever a participação de empresas reunidas em consórcio.

4.4.2. Conforme entendimento dos Acórdãos de nº. 1.636/2006-P e 566/2006-P" – TCU, Acórdão nº. 2869 /2012-Plenário, a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 15, caput, da Lei n. 14.133/2021, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo.

4.5. Participação de Cooperativas

4.5.1. Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no

mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o CONTRATADO, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05/2017 por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

4.6 Garantia Contratual

4.6.1. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto que a contratação se baseia em pagamento por serviços efetivamente prestados e não incorre em potenciais riscos ao MT em termos financeiros, porém o Ministério poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela empresa contratada.

4.6.2. Acrescenta-se que, como se trata de serviço por demanda, os serviços somente são pagos após o aceite definitivo pelo Gestor do Contrato, o que não incorre em aportações mensais, tampouco tem o condão de gerar prejuízos relevantes para a administração a ponto de justificar a onerosidade para a empresa contratada, que indiretamente acabam sendo suportados pela própria administração.

4.7. Subcontratação

4.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.8. Decretos Presidenciais Margem de Preferência

4.8.1. Após consulta realizada em sítio eletrônico, a Equipe de Planejamento constatou que ainda não há registro de publicação de Decreto de regulamentação para estabelecimento de margem de preferência para a contratação em tela (<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacao.asp?tipo=7>).

4.9. Consulta aos Cadernos de Logística

4.9.1. Destacamos que o presente objeto licitatório não possui caderno de logística específico, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-de-logistica>).

4.10. Governo Digital

4.10.1. A CONTRATADA deverá se atentar e atender a todas as recomendações expedidas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, em especial no que tange aos direcionamentos levantados nas orientações e procedimentos referentes aos impactos da reforma trabalhista nos contratos da administração.

4.11. Critério de Julgamento

4.11.1. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO.

4.12. Modalidade Pregão Eletrônico

4.12.1. Conforme preceitua a Lei 14.133, de 01/04/2021:

[...]

"XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;"

[...]

"Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

[...]

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo."

[...]

4.13. Da Transição Contratual

4.13.1. Não se faz necessária a transição contratual, visto que as especificações técnicas utilizadas para os mesmos serviços descrevem de forma completa cada serviço demandado.

4.13.2. Caso haja quaisquer dúvidas relacionadas aos serviços a serem prestados, essas deverão ser esclarecidas antes do certame ou, se posteriores, serão determinadas pela gestão do contrato no momento da execução.

4.14. Catálogo Eletrônico de Padronização

4.14.1. Para esta contratação não está contemplado e não se aplica o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras. Os itens estabelecidos para padronização são referentes a água mineral natural sem gás, café e açúcar. O objeto desta contratação segue a padronização de materiais já instalados nas Edificações e pertencentes à esta Pasta.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços gráficos é uma opção utilizada por vários órgãos da Administração Pública.

5.2. A variedade de concorrentes do ramo demonstra que o mercado dispõe de empresas especializadas no fornecimento dos serviços a serem contratados. Além disso, a concorrência propicia a escolha dos melhores preços praticados no mercado.

5.3. Os serviços a serem contratados possuem natureza comum, ou seja, seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais no mercado, motivo pelo qual será adotada a licitação na modalidade de pregão, regida pela Lei nº 14.133/2021.

5.4. A Equipe de Planejamento pesquisou os tipos de contratações realizadas em outros órgãos da administração pública federal, e dentre as soluções, foi possível localizar alguns tipos de contratações, quais sejam:

5.4.1. Os contratos de “modelo fechado” – cujos serviços contratados já foram previamente levantados e planejados, ou seja, a descrição de cada impressão gráfica é completa por tipo de material, acabamento e quantitativo. Dessa forma, só é possível demandar exatamente o que foi licitado, sem possibilidade de nenhuma alteração. O quantitativo será demandado conforme a necessidade do Órgão. Alguns desses contratos são: Defensoria Pública do DF – Pregão 03/2022; Hospital das Clínicas de Goiás – Pregão 58 /2022; Conselho Federal de Farmácia – Pregão 04/2022. Ainda nesse tipo de contratação, de “modelo fechado”, alguns Órgãos contratam serviços gráficos específicos e em quantidades específicas, sem continuidade. Assim, ao adquirir os serviços finda-se a contratação.

5.4.2. Os contratos de “modelo aberto” – cujos produtos finais não são descritos, mas que possuem previsão de itens de serviços que permitam alcançar uma variedade de modelos e resultados, conforme os serviços demandados. Foram localizados e utilizados na pesquisa de preços os seguintes contratos: MPDFT - CONTRATO 19/2018 - 5 TA, PGR - CONTRATO 10/2018, DETRAN DF - CONTRATO 16/2020 - 2TA, MPT- CONTRATO 10.2022, CNMP - CONTRATO 9/2022 – 1 TA, MDR - PE 04/2023 e MCTI - PREGÃO ELETRÔNICO 03/2022.

5.5. Observando as possibilidades e buscando uma forma de adequar as necessidades do Ministério dos Transportes - MT ao mercado atual, a Equipe de Planejamento concluiu que a contratação de serviços no “modelo aberto” continua a ser a ideal. Isso porque não é possível prever com exatidão quais e quantos produtos finais serão necessários ao longo dos possíveis 120 meses da contratação. Levou-se em consideração que a mudança de gestão, tanto ministerial, como da unidade, são fatores decisivos para encontrar essa maleabilidade no estilo contratual.

5.6. O serviço gráfico, no âmbito da contratação pretendida, será composto de diversos itens previamente estabelecidos, especificados e estimados, que combinados, compõem uma imensa gama de produtos. A composição dos itens em cada demanda vai possibilitar o alcance de resultados efetivos para os serviços de impressão desejados. Esse é o modelo que melhor atende às necessidades do MT. Nesse sentido a planilha de itens permite a composição de soluções variadas garantindo-se a flexibilidade em se propor inúmeras opções

possíveis para a execução de um serviço. Soluções essas que podem variar a depender do tipo de público a que se destina o serviço e do seu objetivo.

5.7. Além disso, a escolha da solução está relacionada aos benefícios que uma empresa especializada em determinado serviço pode trazer, como eficiência, eficácia e assertividade. Para o MT, a contratação pode gerar redução de custos e benefícios, como:

5.7.1. Eliminação de investimentos iniciais com a aquisição de equipamentos, bem como com os custos de manutenção e especialização de pessoal;

5.7.2. Eliminação da necessidade de infraestrutura de logística para atendimento das solicitações referentes a serviços gráficos;

5.7.3. Redução de custos com os insumos e consumíveis, visto que estes serão adquiridos em grande escala;

5.7.4. Redução e/ou eliminação das interrupções dos serviços gráficos, uma vez que os serviços serão adquiridos e fornecidos com base na execução de contrato anterior;

5.7.5. Atendimento rápido e adequado das demandas relativas a serviços gráficos, contribuindo para o alcance dos objetivos traçados por cada área requisitante;

5.7.6. Gestão efetiva relacionada à prestação dos serviços gráficos, possibilitando a obtenção de indicadores de qualidade, desempenho, disponibilidade, utilização de recursos e custos de forma mais ágil e exata, permitindo melhor planejamento dos custos e da correta disponibilização dos serviços em tela.

5.8. Ainda ao analisar as contratações na administração pública e outras formas de execução de serviços gráficos, foi verificado que a Imprensa Nacional presta serviços gráficos conforme competência prevista no art. 26 do Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, sendo que o pagamento pelo serviço ocorre por meio de Termo de Execução Descentralizada. O Ministério dos Transportes é atendido pela Imprensa Nacional no caso de confecção de cartões de visitas, entretanto, cabe ressaltar que aquele órgão não atende todos os itens da necessidade do MT, especialmente banners, faixas e adesivos, entre outros.

5.9. Por fim, cabe registrar que os serviços enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal do órgão contratante não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O objeto desta contratação é a prestação de serviços gráficos, diagramação e serviços de confecção de cartilhas, apostilas, blocos, banners, painel, pastas, adesivos etc., em vários formatos e gramaturas, com fornecimento de todos os materiais e serviços em diversas quantidades, incluindo prova de impressão, acabamento, embalagem, empacotamento, etiquetagem e transporte, para atendimento das diversas demandas do Ministério dos Transportes - MT, mediante demanda.

6.2. Tendo em vista a diversidade dos trabalhos, tiragens e prazos, as atividades de impressão estão concentradas no tipo de impressão por demanda.

6.3. Todos os serviços a serem produzidos deverão ser criados, prestados ou produzidos conforme designações e características constantes nas Ordens de Serviço particularizadas, cujas especificidades irão constar no Termo de Referência e seus anexos e ainda no Contrato que será assinado.

6.4. Os serviços a serem gerados ou produzidos obedecerão criteriosamente os formatos, especificações, gramatura, dimensões, acabamentos, quantidades e demais características fornecidas e solicitadas pela área demandante.

6.5. Em geral, os tipos de serviços são definidos como: Cartaz, folder, folheto, panfleto, revistas, cartilhas, livretos, livros, jornais, boletins, folhetins, manual, anuário, agenda, calendários, pastas, capas de processo, blocos, fichário, formulários, certificados, apostilas, informativos, cadernetas, mapas, banners, adesivos, entre outros.

6.6. As quantidades a serem produzidas serão solicitadas conforme documentos da área demandante, e podem variar de acordo com a necessidade.

6.7. Além da impressão, as atividades a serem executadas incluem todas as etapas de pré-impressão, compreendendo:

6.7.1. Produção de Provas Digitais/Gráficas;

6.7.2. Produção de Fitolitos e/ou chapas;

6.7.3. Embalagem dos materiais impressos;

6.7.4. Empacotamento dos materiais impressos para transporte; e

6.7.5. Entrega dos materiais impressos em local definido pelo MT.

6.8. Os valores/custos a serem cotados pelas proponentes deverão estar previamente incluídos os serviços especificados no tópico acima, não permitindo cobranças extras posteriores nem alegação de desconhecimento desta condição.

6.9. Os trabalhos a serem impressos poderão ser disponibilizados pelo MT por meio físico ou por meio digital, devendo para tanto, possuir programas de leitura como Word, Excel, Power Point, CorelDraw, PSD, AI, JPEG, GIF, PNG, PDF, Word art, Clipart, BMP, PGM, PICT, PPM, ou similares.

6.10. Todos os insumos, suprimentos e os materiais gráficos necessários aos equipamentos de impressão offset, de acabamento e de embalagem, serão fornecidos pela CONTRATADA, e deverão estar de acordo com as especificações técnicas dos fabricantes desses equipamentos.

6.11. Em atendimento ao estabelecido pela Lei 14/133/2021, a EPC consultou o portal do Catálogo Eletrônico de Padronização e verificou que até a presente data, o objeto da pretensa contratação ainda não foi padronizado, logo não há Catálogo para o mesmo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades foram estimadas com base no histórico de contratações anteriores, uma vez que o Ministério não possui contrato vigente para serviços gráficos. As demandas referentes aos anos de 2021, 2022 e 2023 foram atendidas por meio de contratos com a Imprensa Nacional, outros ministérios e alguns contratos pontuais do MT.

7.2. É importante ressaltar que o Ministério passou por uma reestruturação organizacional, o que acarretou um aumento significativo nas demandas e nos serviços a serem contratados. Considerando que as contratações anteriores não cobrem o volume atual de solicitações, a previsão é de que as quantidades sejam ampliadas para atender às crescentes necessidades do MT.

7.2.1. Entre os exemplos de serviços gráficos que demandarão contratação estão: Impressos do Ministro (incluindo Marca D'água/Relevo Seco), Sinalização Interna, Educatrans, Medalha Mauá, Caderno de Transportes, Roadshow (evento internacional), Via Viva, entre outras datas comemorativas.

7.3. Dessa forma, foram contabilizados os valores descritos na tabela abaixo:

CONSUMO DE SERVIÇOS GRÁFICOS EXERCÍCIOS ANTERIORES			
Órgãos	2021	2022	2023
Imprensa Nacional	R\$ 62.255,00	R\$ 80.911,50	R\$ 18.706,00
Outros Ministérios	R\$ 0,00	R\$ 54.857,86	R\$ 7.899,20
MT	R\$ 91.143,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 153.398,98	R\$ 135.769,36	R\$ 26.605,20
TOTAL GERAL	R\$ 315.773,54		

7.4. A tabela a seguir contém os itens estimados para a presente licitação, com os respectivos quantitativos julgados pertinentes.

Grupo	Item	Descrição dos Serviços	Unidade de	Quant.
-------	------	------------------------	------------	--------

			Medida	
Único	01	Confecção - Pré-impressão - Prova digital valor unitário por página, lâmina de cor, respeitando formatos em cm.	Pág	800
	02	Confecção - Pré-impressão - CTP valor unitário por página, lâmina de cor, respeitando formatos em cm.	Pág	800
	03	Confecção e Impressão - Papel Off set - Gramaturas e formatos.	Milheiro	700
	04	Confecção e Impressão - Cartão Supremo/Duplex - Gramaturas e formatos.	Milheiro	300
	05	Confecção e Impressão - Duo Design/Triplex - Gramaturas e formatos.	Milheiro	300
	06	Confecção e Impressão - Papel Couchê Liso/Fosco - Papéis e formatos.	Milheiro	800
	07	Confecção e Impressão - Papel Adesivo - Gramaturas e formatos.	Milheiro	200
	08	Confecção e Impressão - Papel Kraft Natural - Gramaturas e formatos.	Milheiro	200
	09	Confecção e Impressão - Papéis Especiais (Linhas Plus, Texturizados, Opaline, Vergê, Frisados e Similares) - Gramaturas e formatos.	Milheiro	200
	10	Acabamento Simples - Tipos de acabamento e Formatos.	Milheiro	1.500
	11	Acabamento Especial I - Tipos de acabamento e Formatos.	Un	1.000
	12	Grandes Formatos e Estruturas.	M²	1.000
	13	Serviços de Diagramação I - Conforme especificações.	Pág	100
	14	Serviços de Diagramação II - Conforme especificações.	Un	100

7.5. O detalhamento de cada um dos subitens dos serviços a serem executados, sob demanda, estão em anexo, com seus quantitativos. Vale ressaltar que trata-se de um grupo único com 15 itens e seus respectivos subitens.

7.6. Prova digital e física das demandas

7.6.1. Para determinadas demandas previstas, será realizada prova digital e/ou física antes da impressão definitiva dos quantitativos solicitados, conforme prevê os item 1 e 2 da tabela acima.

7.7. Os quantitativos estabelecidos nos documentos que irão compor o instrumento convocatório são meramente **estimativos**, devendo ser executados à medida da necessidade e conveniência do MT, que poderá readequá-los de forma diferente do previamente estabelecido, desde que justificadamente e respeitado o valor contratual global fixado. Isso se deve ao fato de que as demandas de serviços gráficos, em grande medida, são imprevisíveis e acabam por fugir ao planejamento da Administração.

7.8. Dessa forma, todas as demandas poderão ser atendidas da melhor forma possível, sem recair em constantes adequações, que são intrínsecas ao objeto da contratação e não desfiguram o objeto da contratação em si.

7.9. O quantitativo estimado de cada item não fica restrito à utilização do quantitativo por item, durante a sua execução anual. Deste modo, compreende-se que a contratação se dará pela soma dos itens, independente do serviço, respeitando o Valor Global da Planilha de Composição de Preços.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 341.129,00

8.1. A pesquisa de preços foi realizada pelo Serviço de Compras e Pesquisa de Preço - SECOP/DILIC, onde ficou definido o valor de R\$ 341.129,00 (trezentos e quarenta e um mil, cento e vinte e nove reais), conforme descrito abaixo:

GRUPO	ITEM	SERVIÇOS	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MÉDIO POR ITEM (R\$)	VALOR TOTAL POR ITEM (R\$)
Único	01	Confecção - Pré-impressão - Prova digital valor unitário por página, lâmina de cor, respeitando formatos em cm.	17353	PÁGINA	800	25,97	20.776,00
	02	Confecção - Pré -impressão - CTP valor unitário por página, lâmina de cor, respeitando formatos em cm.	17353	PÁGINA	800	22,76	18.208,00
	03	CONFECÇÃO E IMPRESSÃO - Papel Off set - Gramaturas e formatos	17353	MILHEIRO	700	44,44	31.108,00
	04	CONFECÇÃO E IMPRESSÃO - Cartão Supremo/Duplex - Gramaturas e formatos	17353	MILHEIRO	300	85,57	25.671,00
	05	CONFECÇÃO E IMPRESSÃO - Duo Design/Triplex - Gramaturas e formatos	17353	MILHEIRO	300	117,81	35.343,00
	06	CONFECÇÃO E IMPRESSÃO - Papel Couchê Liso/Fosco - Papéis e formatos	17353	MILHEIRO	800	51,01	40.808,00
	07	CONFECÇÃO E IMPRESSÃO - Papel Adesivo - Gramaturas e formatos	17353	MILHEIRO	200	55,14	11.028,00
	08	CONFECÇÃO E IMPRESSÃO - Papel Kraft Natural - Gramaturas e formatos	17353	MILHEIRO	200	35,57	7.114,00
	09	CONFECÇÃO E IMPRESSÃO - Papéis Especiais (Linhas Plus, Texturizados, Opaline, Vergê, Frisados e Similares) - Gramaturas e formatos	17353	MILHEIRO	200	35,83	7.166,00
	10	ACABAMENTO SIMPLES - Tipos de acabamento e Formatos	17353	MILHEIRO	1.500	26,51	39.765,00
	11	ACABAMENTO ESPECIAL I - Tipos de acabamento e Formatos	17353	UNIDADE	1.000	10,07	10.070,00

12	Grandes Formatos e Estruturas	17353	METRO QUADRADO	1.000	91,00	91.000,00
13	SERVIÇOS DE DIAGRAMAÇÃO I - Conforme especificações	17353	PÁGINA	100	12,01	1.201,00
14	SERVIÇOS DE DIAGRAMAÇÃO II - Conforme especificações	17353	UNIDADE	100	18,71	1.871,00
TOTAL				9.000	VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)	341.129,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando o modelo de contratação adotado, em que os itens compõem-se de serviços interligados entre si, onde para a composição de um único produto é necessária a utilização de vários serviços, caso houvessem várias empresas envolvidas para cada demanda, como exemplo, a confecção de um simples folder, cada empresa faria uma parte do serviço, o que diminuiria a qualidade, bem como o processo de administrar e supervisionar várias empresas ao mesmo tempo (papel, arte final e acabamento) tornando o processo lento. Essa não seria uma opção vantajosa para a Administração.

9.2. O lote único mostra-se técnica e economicamente viável por permitir a participação de diversas empresas no processo licitatório, mas sendo fundamental que os itens que formam esse lote sejam executados por uma única empresa, que se responsabilizará pelo resultado final de cada serviço gráfico, além de permitir o gerenciamento de apenas uma empresa, o que simplifica a gestão e o acompanhamento das diversas demandas.

9.3. Conforme orientação do Art. artigo 47, da Lei 14.133, quanto ao parcelamento dos serviços:

[...]

"§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

[...]

9.4. Dessa forma, percebe-se claramente o que justifica a impossibilidade do parcelamento da solução, pois a responsabilidade técnica só se mantém se ficar a cargo de uma única empresa, que deverá entregar o serviço total com qualidade.

9.5. Por questões de economia e padronização de materiais e serviços e visando evitar a incompatibilidade dos itens a serem adquiridos, o parcelamento da solução não é vantajoso para o MT a medida que a divisão se mostra inadequada ao atendimento dos interesses e das necessidades do Órgão.

9.6. Assim, os 14 itens serão distribuídos em um único grupo, com isso a contratação será mais satisfatória do ponto de vista da eficiência/técnica, devido à concentração de responsabilidade pela execução dos serviços em uma só empresa, objetivando garantir resultados mais satisfatório, além de facilitar o controle dos serviços pela fiscalização.

9.7. Vale destacar que a solução é amplamente utilizada no âmbito do serviço público, não representando limitação à competitividade no certame licitatório.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se aplica ao objeto desta pretensa contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O serviço gráfico torna-se essencial para o atendimento das necessidades internas por infraestrutura e logística, em consonância com a seguinte diretriz do Mapa Estratégico do Ministério dos Transportes: "Prover infraestrutura corporativa tecnológica e suporte logísticos integrados, seguros e de alto desempenho".

11.2. A presente contratação também está contemplada no Plano de Contratação Anual de 2025 do Ministério dos Transportes, conforme Documento de Formalização da Demanda DFD nº 24/2025, em atendimento a Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, do Ministério da Economia.

11.2.1. Identificador da Futura Contratação 390004-69/2025;

11.2.2. Id do item no PCA: 150; e

11.2.3. Classe/Grupo: 891 - SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÃO.

11.3. No Ministério dos Transportes, O Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS encontra-se em fase de elaboração.

12. Habilitação

Parque Gráfico

12.1. O atendimento dos serviços gráficos exige celeridade e dinamismo que devem ser considerados quanto à proximidade do seu parque gráfico em relação ao MT. Esta equipe entende que a gráfica a ser contratada deve atender as demandas com muita organização e boa logística para atender aos prazos acordados, mantendo, também, os padrões de qualidade.

12.2. Isso se deve a vários fatores:

12.2.1. As demandas atendem a prazos muito curtos pois se referem, por vezes, a eventos não programados e nem programáveis; e

12.2.2. Há várias demandas que necessitam de serviço de "pré-impressão" - a prova digital e/ou física, que deve ser elaborada em até 24h, as mais simples, e poderão ser corrigidas até serem aprovadas definitivamente para impressão. Isso exige a entrega de cada serviço de pré-impressão.

12.3. Dessa forma, dado os curtos prazos para a entrega dos serviços pela própria urgência das demandas; a alta dinamicidade e periodicidade das entregas; a necessidade de visitas técnicas "*in loco*" para medição de espaços bem como para a instalação de banners, adesivação e estruturas; e a necessidade de proximidade entre a empresa gráfica e cada área demandante do MT para apresentação e certificação dos materiais a serem confeccionados; faz-se necessário que o parque gráfico da contratada esteja situado no Distrito Federal ou Goiás, a uma proximidade máxima de 100 km (cem quilômetros) da Esplanada dos Ministérios, onde está situado o MT. Essa distância pondera tanto o tempo de deslocamento quanto os custos indiretos para o atendimento dos serviços.

12.4. Há de se considerar, ainda, que a referida exigência não tem o objetivo de limitar a concorrência, mas possibilitar o atendimento conforme a verdadeira necessidade da Administração Pública. Isso trará segurança de que o contrato será atendido dentro dos prazos e das especificações; economicidade, pois os custos dos transportes dos materiais gráficos solicitados pelo MT serão muito maiores e serão repassados ao total da contratação; e, por fim, celeridade, para que as demandas sejam atendidas dentro do prazo esperado e, mais ainda, quando houver necessidade de que qualquer serviço seja corrigido ou refeito a tempo.

13. Dos Direitos Autorais

13.1. O Direito Autoral, regulamentado pela Lei nº 9.610/1998 e suas modificações, é um conjunto de normas que estabelece prerrogativas à pessoa física ou jurídica criadora de obra literária, artística ou científica ou a quem o represente e, em consequência, implica deveres a quem fizer uso das obras intelectuais.

13.2. Vale ressaltar que os direitos autorais são divididos, para efeitos legais, em direitos morais e direitos patrimoniais. Os direitos patrimoniais se referem à possibilidade de exploração econômica das obras intelectuais. Os direitos morais são de natureza pessoal e estão diretamente ligados à personalidade do autor, são intransferíveis e irrenunciáveis. Caso a obra intelectual seja utilizada sem prévia autorização, o responsável pelo uso desautorizado estará violando normas de direito autoral.

13.3. Proíbe-se a utilização ou a exploração econômica de obra, por servidor ou colaborador do MT, seus sucessores ou terceiros, caso contenha informações de titularidade do MT ou este tenha fornecido os meios, diretos ou indiretos, para sua realização, inclusive tempo de trabalho do servidor ou colaborador. Sempre que se pretender utilizar obra ou parte de obra de terceiro, deve ser obtida prévia cessão ou concessão de direito para o uso.

13.4. A participação de outros autores, como desenhista, programador visual, fotógrafo, redator, capista e de quem mais for necessário à adequada elaboração, edição ou publicação, por qualquer forma, da obra em questão, fica condicionada à prévia cessão dos respectivos direitos patrimoniais sobre o objeto de sua criação, em caráter definitivo, ao MT.

13.5. Ao disponibilizar uma obra por meio de cessão ou concessão, o autor declara sua inteira responsabilidade sobre o teor do produto intelectual, inclusive a citação de todos os que colaboraram com ela, bem como a utilização de partes ou trechos de outras obras, tomando o cuidado para não configurar plágio em nenhuma hipótese.

13.6. Os autores ou titulares cedem ao MT gratuita e não exclusivamente, os direitos de utilização das obras intelectuais, durante o prazo de vigência dos direitos autorais, em qualquer meio ou veículo, inclusive, e principalmente, o digital, em todos os países e idiomas, para fins de disponibilização pública, reservados a eles os direitos morais das obras intelectuais.

13.7. A cessão inclui os direitos de editar, publicar, reproduzir, executar, declamar, expor, arquivar, inserir em bancos de dados, difundir, distribuir, divulgar, disponibilizar, emprestar, traduzir, incluir em novas obras ou coletâneas, ou utilizar de qualquer forma o material disponibilizado, desde que sejam respeitados os direitos morais, dando-se os devidos créditos aos autores originais. Portanto, o direito de propriedade intelectual de todos os produtos desenvolvidos, inclusive os direitos autorais da documentação efetuada e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, até mesmo aqueles criados por terceiros subcontratados, são do MT, ficando proibida a sua reprodução e utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Os benefícios que se pretendem alcançar com esta contratação são os seguintes:

14.1.1. Eficiência e especialização das atividades finalísticas;

14.1.2. Ganhar economia e eficiência com a terceirização dos serviços gráficos sem precisar de diversas contratações com pessoal e equipamentos gráficos;

14.1.3. Atendimento adequado e especializado a ser realizado por empresa que atua no ramo de prestação de serviços gráficos;

14.1.4. Promoção do suporte logístico e operacional necessário para a realização direta de serviços gráficos, sem a necessidade de aquisição de materiais e produtos necessários à realização destes e que serão pouco utilizados de uma forma geral; e

14.1.5. Geração de comunicação gráfica que divulgue e amplie o alcance das ações, orientações normativas e implantação de políticas públicas do MT, em consonância com o princípio da publicidade da Administração Pública.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Não se aplica levando-se em consideração os seguintes motivos:

15.1.1. Quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;(inciso XI, art. 7º, IN 40/2020), informamos que este Ministério possui servidores qualificados que atuam na execução e gestão do Processo Administrativo; e

15.1.2 Para os insumos, ambiente e mão de obra, necessários ao fornecimento dos produtos constantes deste Estudo Técnico Preliminar, na forma do preconizado no Termo de Referência/Edital, serão totalmente fornecidos pela CONTRATADA.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. A fim de cumprir as normas e critérios de sustentabilidade para as contratações na Administração Pública, a empresa contratada deverá observar o Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e ainda:

16.1.1. Utilização de materiais que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ADNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

16.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

16.1.3. Que os produtos sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento;

16.1.4. Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromohexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

16.1.5. Cumprir as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

16.1.6. Comprovar que possui certificação ambiental válida do FSC (Forest Stewardship Council - Conselho de Manejo Florestal), ou do CERFLOR (Certificação Florestal) na assinatura do contrato.

16.1.6.1. Essa comprovação não visa cercear a concorrência na licitação, visto que há várias empresas no mercado gráfico que possuem tal certificação, conforme verificado no próprio sítio da certificadora (<https://connect.fsc.org/fsc-public-certificate-search>).

FSC CERTIFICATES PUBLIC DASHBOARD

Search by Licence Code, Certificate Code, Organization Name, Local Name or State/Province

Search

Certificate Status

☐ Suspended

☐ Suspended and blocked

☐ Terminated

☐ Terminated and blocked

☒ Valid

Certification Body

☐ APCEH

☐ BV

☐ CU

☐ DINV

☐ IMA

☐ IMO

Certificate Type

☐ COC

☐ CWIP-M

☐ PM

Country/Area

☒ Brazil

☐ British Virgin Isla...

☐ Bulgaria

☐ Cambodia

☐ Philippines

Output Category

☐ Selecionador lado

☐ FSC 100%

Tree Species

☐ Selecionador lado

☐ Abies

☐ Acacia

☐ Acer

☐ Aichilia

Role

☐ Certificate holder

Product

☐ Selecionador lado


☐ N1 Banks

☐ N10 Other NTPP n.s.c

☐ N2 Soil conditioner and substrate

2024-03-26 03:30:39

Date last updated



Licence	Certificate Code	Cert Status	CW DDS	Date From	Valid To	Organization Name	Role	Site status	State/Province	Country/Area
FSC-C104025	CU-COC-818560	Valid	No	2022-01-03	2027-01-02	Autopex Automacao Comercial e Informatica Ltda - Linhares	Site	Valid	ES	Brazil
FSC-C151510	APCEH-COC-150597	Valid	No	2019-09-09	2024-09-08	Qualty Grafica e Editora Ltda.	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil
FSC-C092808	APCEH-COC-150227	Valid	No	2023-11-23	2025-04-22	Coronelito Editora Grafica Ltda.	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil
FSC-C101885	IMA-COC-005130	Valid	No	2021-10-01	2026-09-30	Sonolito Material para Construção Ltda.	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil
FSC-C104526	CU-COC-818828	Valid	No	2022-02-07	2027-02-06	Alhaleva Grafica e Editora Ltda	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil
FSC-C107503	CU-COC-818192	Valid	No	2021-08-16	2026-08-15	Grafica e Editora Positiva Ltda	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil
FSC-C10430	APCEH-COC-150508	Valid	No	2023-09-04	2026-09-03	Grafica e Editora Movimento LTDA EPP	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil
FSC-C122598	CU-COC-821446	Valid	No	2022-07-12	2027-07-11	AMV PAPEIS DISTIBUIDORA LTDA	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil
FSC-C112833	APCEH-COC-150484	Valid	No	2022-09-26	2027-09-25	Grafica e Editora Qualidade Ltda	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil
FSC-C112836	CU-COC-821979	Valid	No	2022-09-02	2027-09-01	Grafica e Editora Qualify LTDA	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil
FSC-C120845	CU-COC-831942	Valid	No	2023-10-27	2026-10-26	Laguarely Grafica e Editora LTDA EPP	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil
FSC-C153695	CU-COC-888981	Valid	No	2022-04-18	2024-12-09	Editora Grafica Motta Ltda	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil
FSC-C181398	APCEH-COC-140806	Valid	No	2023-10-08	2026-10-08	Proceder & Eventos Multimidia e Consultoria Ltda	Certificate holder	Valid	Oaxaca Federal	Brazil

16.2. Observar-se-á também, no que couber, os critérios elencados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, setembro 2023 6ª Edição, ou superior, Revista, Atualizada e Ampliada. Edição aprovada pela Câmara Nacional De Sustentabilidade e pela Consultoria-Geral da União CGU/AGU, que especifica em seu caderno que a contratação pública sustentável deverá considerar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) questionamento inicial quanto à necessidade do consumo;
- b) redução do consumo;
- c) análise do ciclo de vida do produto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade econômica da oferta;
- d) estímulo para que os fornecedores assimilem a necessidade premente de oferecer ao mercado, cada vez mais, obras, produtos e serviços sustentáveis;
- e) fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;
- f) fomento a soluções mais sustentáveis, as quais foquem na função que se almeja com a contratação e que gerem menor custo e redução de resíduos; e
- g) fomento à contratação pública compartilhada entre órgãos, por intenção de registro de preço (contratações compartilhadas sustentáveis).

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO IVO CLEMENTE
Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 26/06/2025 às 14:29:02.

VAGNER GONCALVES BENCK DE JESUS

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 26/06/2025 às 17:19:24.

CATIA ROBERTA JULIO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 26/06/2025 às 15:46:12.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1. Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento designada pela Portaria nº 125, de 08 de fevereiro de 2024, publicada no Boletim de Gestão de Pessoas/SIGEPE – BGP nº 2.8, Ano 8, em 15 de fevereiro de 2024, considera que a contratação é técnica e economicamente viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.